



Projeto Pedagógico de Curso
Pós-Graduação EAD Lato Sensu
Direito público

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do curso	4
6. Objetivos do curso	5
7. Competências e habilidades do curso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
Composição do Corpo Docente	8
9. Estágio Não Obrigatório	8
10. Matriz Curricular	9
11. Carga Horária.....	9
12. Conteúdo programático	9
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito público

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação CAPES: Direito

Área do Conhecimento CAPES: Direito Público (60102004)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 100

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se ao aperfeiçoamento dos operadores do Direito que buscam a excelência em sua formação numa pós-graduação lato sensu cujo enfoque principal está voltado para a melhor compreensão do aparelhamento Estatal e das mais relevantes problemáticas envolvendo a Administração Pública. No mesmo sentido, cada aula será composta do viés teórico-acadêmico, bem como do viés prático em sua essência, característica essa de grande

valia para os Magistrados, a Promotores de Justiça, a Defensores Públicos, Advogados Privados e Advogados Públicos em qualquer de suas esferas (Municipal, Estadual e Federal), Bacharéis em Direito, Servidores Públicos com formação em nível superior e, até mesmo, para os Concursandos que são candidatos a uma das vagas nas carreiras públicas mencionadas, tendo em vista que todas as nove disciplinas do presente curso (a seguir apresentadas) estão presentes nos principais concursos do país.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

O curso tem por justificativa preparar os alunos para enfrentar os temas mais relevantes das três pilastras mestras do Direito Público, quais sejam: Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Tributário.

De fato, vale lembrar que há tempos o Direito Público e os seus pilares de sustentação transcenderam os limites metodológicos da parte material e o processo passou a solicitar uma entrada cada vez mais necessária nos projetos acadêmicos de pós-graduação. Em nosso curso foi aberto esse espaço fundamental e necessário ao Direito Processual, em especial pelo advento do Código de Processo Civil de 2015, em vigor desde março de 2016. Por isso, a justificativa da criação das disciplinas Poder Público em Juízo, Direito Constitucional em Processo e Direito Tributário em Processo.

A experiência dos Coordenadores com a vida pública, muito contribuiu para a criação de um curso capaz de enfrentar hard cases do dia a dia do Administrador Público, além daqueles que de alguma forma postulam em face do Poder Público.

6. Objetivos do curso

Formar profissionais com uma compreensão crítica acerca dos debates atuais do Direito Administrativo, bem como dos novos parâmetros do Direito Constitucional, do Direito Tributário e a relação dessas disciplinas com o Direito Processual.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Aprimorar os conhecimentos do operador do Direito que se relaciona com as entidades da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, e da Administração Indireta, a refletir sobre a sua atuação e a respeito do seu desempenho profissional como um agente modificador da sociedade a que pertence.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Constituição e direitos fundamentais	0h	40h	40h
Direito processual constitucional	0h	40h	40h
Temas atuais do direito administrativo	0h	40h	40h
Licitações e contratos administrativos	0h	40h	40h
Controle interno e externo da administração pública	0h	40h	40h
Responsabilização da administração pública	0h	40h	40h
Poder público em juízo	0h	40h	40h
Novas tendências do direito tributário	0h	40h	40h
Direito processual tributário	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papirus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Constituição e direitos fundamentais

Ementa: Constituinte Nacional. A evolução das gerações dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais e o viés econômico. A Constituição Interpretada.

Conteúdo Programático 1: Constituinte Nacional

Conteúdo Programático 2: A evolução das gerações dos Direitos Fundamentais

Conteúdo Programático 3: Direitos Fundamentais e o viés econômico

Conteúdo Programático 4: A Constituição Interpretada

Bibliografia Básica:

TAVARES, Andre Ramos. Curso de Direito Constitucional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

Demais referências:

NOVELINO, Marcelo. Leituras Complementares de Direito Constitucional – Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2010.

COELHO, Inocencio Martires. Interpretação Constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraia, 2010.

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. Hermenêutica e interpretação constitucional. 2. ed. São Paulo: Celso Bastos Ed., 1999

Disciplina: Direito processual constitucional

Ementa: Mandado de Segurança. Controle de Constitucionalidade. Processo Coletivo. Remédios Constitucionais.

Conteúdo Programático 1: Mandado de Segurança

Conteúdo Programático 2: Remédios Constitucionais

Conteúdo Programático 3: Processo Coletivo

Conteúdo Programático 4: Controle de Constitucionalidade

Bibliografia Básica:

TAVARES, Andre Ramos. Curso de Direito Constitucional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, Vol. 2, Tomo III. São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA, Edilson Vitorelli Diniz. O devido processo legal coletivo. Dos direitos aos litígios coletivos. São Paulo: RT, 2016.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. Direito Processual Constitucional. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004

ZAVASCKY, Teori Albino. Processo coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Demais referências:

NOVELINO, Marcelo. Leituras Complementares de Direito Constitucional – Controle de Constitucionalidade. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2010.

BARROSO, Luis Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Ações Constitucionais. 2.ed. São Paulo: Método, 2013.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo constitucional e direitos fundamentais. São Paulo: C. Bastos, 1999.

SILVA, José Afonso da. Jurisdição constitucional das liberdades. Ação popular, ação civil pública, mandado de segurança. Apostila do Curso de Especialização em Direito Processual Civil promovido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em convênio com a Universidade de Brasília (UNB), 1996.

MENDES, Gilmar Ferreira. Controle de Constitucionalidade – Aspectos jurídicos e políticos. Ed. Saraiva, São Paulo, 1990.

Disciplina: Temas atuais do direito administrativo

Ementa: Atos Administrativos e o Princípio da Confiança Legítima. Agentes Públicos na visão Constitucional. Poder de Polícia e as licenças urbanísticas. Bens Públicos e Desapropriação. Direito Administrativo Urbanístico.

Conteúdo Programático 1: Atos Administrativos e o Princípio da Confiança Legítima

Conteúdo Programático 2: Agentes Públicos na visão Constitucional

Conteúdo Programático 3: Poder de Polícia e as licenças urbanísticas

Conteúdo Programático 4: Bens Públicos e Desapropriação

Bibliografia Básica:

BOLZAN, Fabrício. Direito Administrativo para concursos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005

Demais referências:

MAFFINI, Rafael. Princípio da Proteção Substancial da Confiança no Direito Administrativo Brasileiro. Porto Alegre: Ed. Verbo Jurídico, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GASPARINI, Diógenes. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2004.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAFFINI, Rafael. Elementos de Direito Administrativo. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016

Disciplina: Licitações e contratos administrativos

Ementa: Serviços Públicos e a incidência do Código do Consumidor. Processo Licitatório – visão geral. Licitação das Empresas Estatais, do Terceiro Setor e o Sistema de Registro de Preços. Contratos Administrativos e o Regime Diferenciado de Contratação.

Conteúdo Programático 1: Serviços Públicos e a incidência do Código do Consumidor

Conteúdo Programático 2: Processo Licitatório – visão geral

Conteúdo Programático 3: Licitação das Empresas Estatais, do Terceiro Setor e o Sistema de Registro de Preços

Conteúdo Programático 4: Contratos Administrativos e o Regime Diferenciado de Contratação

Bibliografia Básica:

BOLZAN, Fabrício. Direito Administrativo para concursos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAFFINI, Rafael. Elementos de Direito Administrativo. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16 ed. São Paulo: RT, 2014.

PALAVÉRI, Marcelo. Licitações Públicas: Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Demais referências:

FORTINI, Cristiana. Contratos Administrativos – Franquia, Concessão, Permissão e PPP. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Licitações e Contratos e Outras Normas Pertinentes. 16 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHAVES, Luiz Cláudio de Azevedo. Curso Prático de Licitações: Os Segredos da Lei nº 8666/93. 1 ed. São Paulo: Lumen Júris, 2011.

Disciplina: Controle interno e externo da administração pública

Ementa: Princípios da Administração Pública. Controle Interno: Processo Administrativo. Controle Externo: Poder Judiciário. Controle Externo: Tribunal de Contas e Poder Legislativo. Agências Reguladoras.

Conteúdo Programático 1: Princípios da Administração Pública

Conteúdo Programático 2: Controle Interno: Processo Administrativo

Conteúdo Programático 3: Controle Externo: Poder Judiciário

Conteúdo Programático 4: Controle Externo: Tribunal de Contas e Poder Legislativo

Bibliografia Básica:

PIRES, Luis Manuel Fonseca. Controle Judicial da Discricionariedade. São Paulo: Campus Jurídico, 2006.

LIMA, Luiz Henrique. Controle Externo – Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas. São Paulo: Método, 2015.

ARAGÃO, Alexandre Santos (Coord.). O poder normativo das agências reguladoras. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. O direito das agências reguladoras independentes. São Paulo. Dialética, 2002.

BROWN, Renato Jorge. Controle Externo da Administração Pública Federal no Brasil: o TCU – uma análise jurídico-administrativa. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002

Demais referências:

BOLZAN, Fabrício. Direito Administrativo para concursos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAFFINI, Rafael. Elementos de Direito Administrativo. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

MORAES, Alexandre de (org.). Agências Reguladoras. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, Germana de Oliveira. Controle Jurisdicional da Administração Pública. São Paulo: Dialética, 2004.

GUERRA, Evandro Martins. Os controles externo e interno da Administração Pública. 2 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Forum, 2005.

Disciplina: Responsabilização da administração pública

Ementa: Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa. Princípios Penais Constitucionais. Crimes contra a Administração Pública.

Conteúdo Programático 1: Responsabilidade Civil do Estado

Conteúdo Programático 2: Improbidade Administrativa

Conteúdo Programático 3: Princípios Penais Constitucionais

Conteúdo Programático 4: Crimes contra a Administração Pública

Bibliografia Básica:

PIRES, Luis Manuel Fonseca (coord.). Responsabilidade Civil do Estado – Desafios Contemporâneos. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade Civil do Estado. São Paulo: RT, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil Direito Civil Brasileiro, vol. 4: 5 ed – São Paulo: Saraiva, 2010.

STOCCO, Rui. Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial (Doutrina e Jurisprudência). 3 ed. atual. rev. São Paulo: RT, 1997.

CASTRO, Guilherme Couto de. Responsabilidade civil objetiva no Direito brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Demais referências:

BOLZAN, Fabrício. Direito Administrativo para concursos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAFFINI, Rafael. Elementos de Direito Administrativo. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

DIAS, José de Aguiar. Da Responsabilidade Civil. 12 Ed. São Paulo Lúmen Júris, 2012

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 5 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. 6 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

Disciplina: Poder público em juízo

Ementa: Poder Público em Juízo e os Juizados Especiais. Regime de Direito Público: Privilégios e Sujeições. Medidas de Urgência e a Fazenda Pública. Regime de Precatórios e a Execução contra o Poder Público. Acordos judiciais e extrajudiciais com a Fazenda.

Conteúdo Programático 1: Regime de Direito Público: Privilégios e Sujeições

Conteúdo Programático 2: Medidas de Urgência e a Fazenda Pública

Conteúdo Programático 3: Regime de Precatórios e a Execução contra o Poder Público

Conteúdo Programático 4: Acordos judiciais e extrajudiciais com a Fazenda

Bibliografia Básica:

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 13. ed. São Paulo: Forense, 2016.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, Vol. 2, Tomo III. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnaldo e MENDES, Gilmar Ferreira. Mandado de segurança e ações constitucionais. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Demais referências:

Carvalho Filho, José dos Santos. O Estado em Juízo no Novo CPC. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PALU, Oswaldo Luiz. Controle dos atos de governo pela jurisdição. São Paulo: RT, 2004.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. O controle dos atos administrativos pelo poder judiciário. 8 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2010.

Disciplina: Novas tendências do direito tributário

Ementa: Elementos da Relação Jurídica Tributária e a Constituição do Crédito Tributário. Prescrição e Decadência. Formas de extinção do Crédito Tributário. Processo Administrativo Tributário.

Conteúdo Programático 1: Elementos da Relação Jurídica Tributária

Conteúdo Programático 2: Constituição do Crédito Tributário, Prescrição e Decadência

Conteúdo Programático 3: Formas de extinção do Crédito Tributário

Conteúdo Programático 4: Processo Administrativo Tributário

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

TORRES, Heleno Taveira. Tratado de direito constitucional tributário. São Paulo: Saraiva, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2005.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2006.

Demais referências:

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2011

CARRAZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

COELHO, Sacha Calmon Navarro; MACHADO, Misabel Abreu. Direito tributário contemporâneo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

Disciplina: Direito processual tributário

Ementa: Mandado de Segurança em Matéria Tributária. Ação Declaratória e Ação Anulatória em Matéria Tributária. Repetição de Indébito e Consignação em Pagamento. Execução Fiscal.

Conteúdo Programático 1: Mandado de Segurança em Matéria Tributária

Conteúdo Programático 2: Ação Declaratória e Ação Anulatória em Matéria Tributária

Conteúdo Programático 3: Repetição de Indébito e Consignação em Pagamento

Conteúdo Programático 4: Execução Fiscal

Bibliografia Básica:

CONRADO, Paulo Cesar. Processo Judicial Tributário. 1 ed. São Paulo: Método, 2014.

CONRADO, Paulo Cesar. Execução Fiscal. 2 ed. São Paulo: Noeses, 2015.

CASTRO, Alexandre Barros. Teoria e Prática do Direito Processual Tributário, São Paulo: Saraiva.

CASSONE, Maria Eugenia Teixeira; CASSONE, Vittorio. Processo tributário: teoria e prática. São Paulo: Atlas.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo Tributário. São Paulo: Atlas.

Demais referências:

CONRADO, Paulo Cesar. O Novo CPC e seu impacto no Direito Tributário. 1 ed. São Paulo: FiscoSoft, 2015.

CONRADO, Paulo Cesar (coord.). Processo Analítico Tributário, v. 2. 1 ed. São Paulo: Noeses, 2013.

CAMPOS, Dejalma. Direito Processual Tributário, 4 Ed., 1996, São Paulo, Editora Atlas.

MELO, José Eduardo Soares de. Processo Tributário Administrativo: Federal, Estadual e Municipal. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

XAVIER, Alberto. Princípios do processo administrativo e judicial. Rio de Janeiro, Forense, 2005

MARTINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro (Administrativo e Judicial). São Paulo: Dialética, 2005.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.



